

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
DEPARTAMENTO INTERDISCIPLINAR
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EaD**

RAQUEL TONINI

**O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Uma Experiência de Escola Pública de São
Leopoldo/RS**

TRAMANDAÍ - RS

2022

RAQUEL TONINI

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Uma Experiência de Escola Pública de São Leopoldo/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Elisete Enir Bernardi Garcia.

Coorientador: Prof. Adiel Philipe Leão da Silva.

TRAMANDAÍ - RS

2022

CIP – Catalogação na Publicação

Tonini, Raquel

O Programa Mais Educação: uma experiência de escola pública de São Leopoldo” / Raquel Tonini -- 2022.

47 f.

Orientador: Dra. Elisete Enir Bernardi Garcia

Trabalho de conclusão de curso (Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Licenciatura em Curso de pedagogia, Arroio Dos Ratos, BR-RS, 2022.

1. Programa Mais Educação. 2. Programa Novo Mais Educação. 3. Educação integral. I. Garcia, Elisete Enir Bernardi; Silva Adiel Philipe Leão. O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Uma Experiência de Escola Pública de São Leopoldo/RS

RAQUEL TONINI

O PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO: Uma Experiência de Escola Pública de São Leopoldo/RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como pré-requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Elisete Enir Bernardi Garcia.

Coorientador: prof. Adiel Philipe Leão da Silva.

Aprovado em () () ()

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr^a Elisete Enir Bernardi Garcia (Orientadora)
Departamento Interdisciplinar – UFRGS

Prof. Dr. André Boccasius Siqueira -Departamento Interdisciplinar - UFRGS

Ms. Ilda Renata da Silva Agliardi (Membro externo)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família por me dar o suporte necessário neste momento tão difícil e desafiador e aos meus orientadores da pesquisa científica, que auxiliaram para que esta pesquisa fosse realizada da melhor maneira possível.

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não é fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa.” (FREIRE, 2011, p. 61).

RESUMO

A presente pesquisa visou investigar as memórias de professoras, em uma escola municipal de São Leopoldo, que presenciaram a transição do Projeto Mais Educação (PME) para o Programa Novo Mais Educação (PNME) e suas contribuições para a educação integral. Como objetivo, buscou-se verificar em que aspectos as mudanças dos programas governamentais de ampliação na jornada das aulas são destacadas pelas educadoras como efetivas para a aprendizagem e o desenvolvimento social do indivíduo, visando compreender os impactos ocasionados aos educandos com as mudanças e com a extinção do Programa. A proposta inicial do Programa Mais Educação está embasada principalmente na melhora contínua orientada para uma formação integral do indivíduo, enquanto o Programa Novo Mais educação, nas suas intenções, busca dar mais ênfase ao estudo das disciplinas de português e da matemática, e por isso, vem sofrendo duras críticas de profissionais da área, devido a isso, a necessidade da pesquisa. A metodologia aplicada no trabalho foi a do estudo de caso, tendo como instrumento de coleta de dados entrevistas com os professores, para que pudessem narrar os fatos positivos e negativos sobre a mudança no Programa Mais Educação. Na pesquisa, descobrimos que não houve adesão ao Programa Novo Mais Educação, pois conforme os docentes o PNME era muito mais restrito que o Programa Mais educação (PME). Diante do exposto, se fez necessário investigar, na prática, o que professores relatam sobre a questão, e se essa mudança no programa promoveu implicações para a questão da formação integral do indivíduo, que é um dos objetivos fundamentais da educação nacional segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, assim como da própria Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Educação Integral; Programa Mais Educação; Programa Novo Mais Educação

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Pesquisas Relacionadas ao Tema do Trabalho.....	14
---	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA.....	13
3 METODOLOGIA	17
4 REVISÃO TEÓRICA	19
4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO.....	19
4.2 EDUCAÇÃO INTEGRAL, PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E NOVO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO	21
4.2.1 Educação Integral	21
4.2.2 Programa Mais Educação (2007).....	24
4.2.3 Programa Novo Mais Educação (2016).....	25
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA	29
5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS CONFORME AS MÉMORIAS DO PME E AS CRÍTICAS SOBRE O PNME.....	30
6 CONCLUSÃO	35
REFERÊNCIAS.....	40
APENDICE A – QUESTIONÁRIO.....	44
APENDICE B - AUTORIZAÇÕES DAS ENTREVISTAS	45

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, vários são os problemas relacionados à educação. A exemplo disso, podemos elencar a falta de vagas nas instituições de ensino e a evasão escolar, problemas que foram sendo sanados e abreviados ao longo das décadas, principalmente através da ampliação de políticas públicas e ações governamentais. Atualmente, muito se debate sobre a educação integral e, sendo assim, há a necessidade de aprimorar estratégias que visem alternativas para essa problemática, as quais potencializem o desenvolvimento da aprendizagem integral dos educandos.

Para Brandão (1981), em um mundo globalizado, a educação acontece de diferentes maneiras e de forma regionalizada, podendo ocorrer em pequenas sociedades tribais, assim como também pode ser posta em ação em países desenvolvidos e industrializados, pois vivemos em um mundo onde há diferentes tipos de sociedades e culturas. Nessa ótica, a educação, por ser diversa, necessita estar inserida no contexto local. O autor ainda pontua que:

A educação é, como outras, uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade. Formas de educação que produzem e praticam, para que elas reproduzam, entre todos os que ensinam e aprendem, o saber que atravessa as palavras da tribo, os códigos sociais de conduta, as regras do trabalho, os segredos da arte ou da religião, do artesanato ou da tecnologia que qualquer povo precisa para reinventar, todos os dias, a vida do grupo e a de cada um de seus sujeitos, através de trocas sem fim com a natureza e entre os homens, trocas que existem dentro do mundo social onde a própria educação habita, e desde onde ajuda a explicar — às vezes a ocultar, às vezes a inculcar — de geração em geração, a necessidade da existência de sua ordem. (BRANDÃO, 1981, p. 5).

De forma genérica, a educação é geralmente associada ao ensino, entretanto, de forma diferenciada, ela também está ligada a questões relacionadas a condutas que objetivem a formação de valores e as relações sociais estando também associada ao ensino e à construção do conhecimento, contido nas disciplinas teóricas ou nas ciências de um modo geral, além de conteúdos ligados à cidadania e ao exercício de uma profissão.

Nesse sentido, Brandão (1981) afirma que a educação ocorre não somente na escola, mas também em ambientes alternativos, e em todos esses ambientes pode ocorrer a construção do saber, seja de uma geração para outra, ou nas interações e

relações em sociedade, em ambientes informais e não formais de educação, sem que necessariamente haja certificação.

A escola, de forma institucionalizada, deveria constituir-se como lugar de socialização dos conhecimentos historicamente construídos, possibilitando a inclusão de todos os sujeitos, apresentando um saber estruturado, contribuindo com a inserção social dos indivíduos na sociedade.

O processo de educação é abrangente e abarca a responsabilidade de professores, direção, alunos, famílias e comunidade, tendo em vista que os sujeitos são seres históricos e de relações, e que, em uma democracia, devemos levar em consideração a realidade de cada contexto.

Uma opção muito debatida entre pesquisadores da área para a questão do ensino é a implementação da educação integral, a qual consiste em possibilitar aos alunos o acesso à educação de maneira mais efetiva e completa. O assunto faz parte do Estado brasileiro desde os anos 20 e 30, quando Anysio Teixeira retornou dos Estados Unidos, onde foi aluno de John Dewey, que lhe encantou com a temática da educação integral. No mundo, toda a escola já ocorria o dia inteiro, enquanto no Brasil a educação ampliada era destinada às elites. Nesse sentido, Cavaliere (2009) corrobora citando Anysio Teixeira, o qual defendia a ampliação da educação como maneira de emancipação social, sob premissa de um país onde a gestão construiu-se como democrática.

No Brasil, um marco para a educação integral foi o Programa Mais Educação, o qual trata-se de uma estratégia do governo federal para a ampliação da jornada escolar. O programa era composto por sete macrocampos, referentes ao acompanhamento pedagógico; ao meio ambiente; ao esporte e ao lazer; aos direitos humanos e à cidadania; à cultura e às artes, à inclusão digital; à saúde, à alimentação e à prevenção.

Este programa, no entanto, passou por mudanças e trocou de nomenclatura, de metodologia e também deixou de ser feito em algumas escolas. A mudança ocorreu devido à troca governo que ocorreu no ano de 2016, quando Dilma Roussef foi destituída do cargo de presidente e o vice-presidente, Michel Temer, assumiu o poder do Executivo Federal. Assim, o Programa passou a se chamar de “Programa Novo

Mais Educação”, sendo criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017 e, conforme consta no site oficial do MEC¹,

é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. Em 2018, o Programa será implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar. (BRASIL, s/d, p. 2).

A educação integral tem como um de seus principais alicerces a extensão da carga horária, sendo isso um aspecto intrínseco ao processo, pois a permanência do educando por mais tempo em ambiente escolar orientado, conseqüentemente, permitiria ampliar as possibilidades para novos contextos de aprendizagem, seja nas matérias “tradicionais”, seja nos temas transversais.

Contudo, a educação, como direito social pré-estabelecido em nossa Constituição Federal depende da ação governamental, tanto para existir como para se efetivar.

A cidadania é uma questão primordial a ser desenvolvida em uma democracia. Isso inclui propiciar a educação e a socialização de todos os indivíduos. Sendo assim, devemos valorizar as diferenças em todos os âmbitos, seja na educação especial, seja nas relações étnico-raciais, seja nos direitos humanos, buscando sempre um processo de ensino que emancipe e liberte.

Para que isso ocorra, é preciso analisar o passado, para que os erros já cometidos não se repitam, além de planejar o futuro, para melhor elaborar possibilidades harmônicas, que propiciem um ambiente para uma aprendizagem criativa, autônoma e crítica, pois o papel da educação consiste em criar cidadãos ativos, conscientes de seu papel na sociedade, que reconheçam seus direitos e que executem seus deveres.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como problemática central entender quais foram as mudanças propostas entre os programas “Mais educação”, de 2007²,

¹BRASIL. MEC. **Programa Novo Mais Educação.** s/d, p. 2. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>. Acesso em 14 nov., 2022.

² A Portaria de Criação do programa Mais educação é de 2007. Portanto, a data que utilizaremos será o ano de criação dessa Portaria.

e o “Novo mais Educação”, de 2016, comparando-os durante seu percurso, através da entrevista de professoras que presenciaram essa transição, descrevendo a partir da visão delas - o que foi válido e o que poderia ser aprimorado para melhor atender a comunidade escolar.

Esta pesquisa buscou, por meio das memórias de professoras de uma escola pública de São Leopoldo – RS, que vivenciaram a implantação do Mais Educação e sua alteração para o Novo Mais Educação, saber como elas compreenderam esse processo e os desdobramentos da ampliação de jornada, tendo em vista o pressuposto de que, além do aumento da jornada escolar, haveria a possibilidade de se ter uma educação integral.

Desta forma, os objetivos do trabalho são: verificar em que aspectos as mudanças dos programas governamentais de ampliação da jornada escolar são destacadas pelos educadores como necessárias para a aprendizagem e para o desenvolvimento social do indivíduo, visando compreender os impactos causados aos alunos com as mudanças e com a extinção dos programas.

Como objetivos específicos, este trabalho apresenta: a) Analisar, por meio das memórias de educadores, o papel das políticas públicas relacionadas aos programas “Mais Educação” e “Novo Mais Educação” em uma escola pública de São Leopoldo; b) Descrever fragmentos da história da Educação integral, e; c) Analisar os impactos e as consequências da implementação e extinção dos Programas.

A seguir, passaremos à contextualização do tema.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA

Criar, discutir e avaliar ações que promovam movimentos democráticos dentro da escola possibilita o desenvolvimento da consciência e organização da comunidade escolar. Essa ação desperta uma concepção de gestão participativa, com práticas sociais dentro do espaço escolar. Por este motivo, estudar o Programa Mais Educação e o Programa Novo Mais Educação fez-se necessário para compreender as suas intenções e demonstrar de forma crítica os caminhos tomados para suas aplicabilidades, através dos atores que participaram destes programas no contexto escolar.

Apresento, neste capítulo, pesquisas produzidas no meio acadêmico com mesmo objeto deste estudo, a saber: os programas Mais Educação (2007-2016), a Portaria Normativa Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007³, o Programa Novo Mais Educação (2017-2019) e a Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016⁴.

Destaco o período dos Programas para ressaltar a quantidade de produções no meio acadêmico. Ressalto, também, que a consulta foi realizada no repositório digital LUME da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Foram encontradas 2 teses e 1 dissertação. Nesse sentido, ampliei a busca por trabalhos acadêmicos e outros trabalhos que possuem alguma articulação com a temática, mantendo os descritores *Programa Mais Educação* e *Programa Novo Mais Educação*. Obtive 33 resultados, entre artigos e outras produções acadêmicas, além de 4 trabalhos de conclusão de curso de graduação, os quais podem ser visualizados na tabela a seguir.

3 Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2446-port-17-120110&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 dez., 2022.

4 Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 dez., 2022.

Tabela 01 - Pesquisas Relacionadas ao Tema do Trabalho

PESQUISADOR(A)	TÍTULO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
KEMPP, Jaqueline Otilia (2014) [Dissertação de Mestrado]	As práticas esportivas no programa mais educação: limites e possibilidades para sua implementação.	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/108711/000949792.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.
PERUZZO, Vagner (2018) [Tese de Doutorado]	Educação [em tempo] integral: a contribuição do Programa Mais Educação - PME à comunidade escolar em um município da Serra Gaúcha/RS.	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/185947/001081890.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.
MOSNA, Rosa Maria Pinheiro (2014) [Tese de Doutorado]	Avaliação da política pública "Programa Mais Educação" em escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul.	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95670/000918526.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.
SANTOS, Magda Gisela Cruz dos; Paludo, Conceição (2017) [Artigo de periódico]	Trabalho/educação no programa mais educação: formar para a empregabilidade e para o desemprego.	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182601/001075332.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.
LECLERC, Gesuína de Fátima Elias; Moll, Jaqueline (2012) [Artigo de periódico]	Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da educação integral em tempo integral.	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79661/000895531.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.
ARAÚJO, Vanessa da Silva (2013) [Trabalho de conclusão de Graduação]	Aprendizagens docentes e o Programa Mais Educação: possíveis reflexões.	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77304/000896132.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.
MAZZUI, Cristiane de Oliveira (2014) [Trabalho de conclusão de Graduação]	Programa mais educação: por que os monitores escolheram trabalhar nesse programa?	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/102981/000935964.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.
COIMBRA, Renan dos Santos (2015) [Trabalho de conclusão de Graduação]	Aspectos históricos relevantes do programa Mais Educação.	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/133078/000984013.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.
FRAGA, Samuel Silveira de (2016) [Trabalho de conclusão de graduação]	Perfil da aptidão física relacionada à saúde em escolares participantes do programa mais educação.	https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/157141/001017982.pdf?sequence=1&isAllowed=y . Acesso em: 08 dez., 2022.

Fonte: Elaborado pela autora (2022).

A partir das leituras dos trabalhos apresentados, podemos identificar o contexto do processo de implementação desta política pública educacional, que desenvolveu o Programa Mais Educação (2007) através de mecanismos de democratização e implementando benefícios através da participação da comunidade.

Foi destacada também a relevância da Política Pública nos trabalhos, além do resgate histórico deste programa educacional (PME 2007) e, ressaltou, o caráter de uma gestão democrática como princípio norteador da diretriz do Programa. Neste sentido, Moll (2011, p.30) destaca que é preciso:

Entender que o desafio da Educação hoje é realizar seu compromisso ético com a inclusão social. Para isso, devemos promover articulações e convivências entre programas e serviços públicos, expandindo as ações educativas para além da escola, ao mesmo tempo que se dá centralidade à educação e a seus profissionais, que são os principais articuladores dessas ações. (MOLL, 2011, p. 30).

Ainda, diante do estudado, percebemos a necessidade do impulso da participação popular no trabalho dos governantes, principalmente no sentido de exigir que se priorize os direitos básicos dos cidadãos, como o de uma educação integral e de qualidade.

A educação é a base para o desenvolvimento de uma nação. Desta maneira, geri-la de um modo eficiente é primordial para o bom desempenho da instituição escolar. A qualidade da educação volta a ser discutida em nosso país com a educação integral, que é uma educação diferenciada, pois busca formar o educando por completo, como um cidadão ativo, ciente de seus deveres e direitos, que reflita sobre a temática estudada e que não somente decore o conteúdo passado durante a aula. A aprendizagem efetiva decorre de experiências diversificadas e que façam sentido para quem está aprendendo, não podendo ser algo sem contexto ou engessado, tendo em vista que a educação é algo dinâmico e está em constante transformação. De acordo com Moll (2007), é necessário formular uma educação integral que se estruture através do ideal de uma Educação Pública nacional e democrática, sendo contextualizada e também problematizada historicamente, a qual enfrente desafios, avanços e outros percalços que possam aparecer durante o trajeto.

Durante as leituras realizadas para essa pesquisa, percebemos que a educação pode ocorrer em diversos espaços, pois vivemos em um mundo multicultural - como cita Brandão (2010) - cujo desenvolvimento da aprendizagem ocorre em espaços informais tanto como nos espaços formais e, de acordo com

pensamento de Moll (2011, p 134), “os diferentes espaços da comunidade e da cidade, nessa perspectiva, podem constituir-se em espaços de aprendizagem, na medida que possibilitam experiências de caráter pedagógico”.

É através da educação que o ser humano constrói a consciência de sua condição histórica, adquire conhecimentos sobre o passado, que lhe permitem fazer uma comparação de tempos anteriores com a realidade atual, para que, assim, possa ter autonomia e controle sobre a sua trajetória e onde pretende chegar. Todos esses conhecimentos podem ser trabalhados na escola e, desta forma, podemos ver a dimensão e a importância que o ambiente escolar tem para o desenvolvimento da sociedade.

3 METODOLOGIA

Pesquisas costumam ocorrer nas mais variadas culturas e contextos e, devido a isso, devem englobar uma gama diversificada de fatores em sua problemática. Parte de o pesquisador fazer a coleta, de analisar os dados e de tomar decisões importantes sobre como desenvolver um processo de investigação que seja ético, reflexivo, além de sempre manter uma postura adequada.

Para realizar uma pesquisa, é necessária uma ou mais estratégias para atingir seu objetivo, pois os procedimentos investigativos serão um guia para o estudo qualitativo, segundo Creswell (2010). Há inúmeras estratégias de investigação. Neste trabalho, foi utilizado o estudo caso, que consiste em pesquisar com profundidade o desenvolvimento, as características e demais aspectos constitutivos de qualquer unidade social, seja um indivíduo, um grupo social, ou uma empresa pública ou particular. Segundo Gil (2010), o Estudo de Caso pode ser utilizado para várias pesquisas, dentre elas: explorar situações da vida real, sendo a proposta desse projeto de pesquisa. Para Yin (2005), esse método é um dispositivo que contribui de forma efetiva para pesquisa científica, especialmente para entender acontecimentos da complexidade social em que estamos inseridos.

O procedimento utilizado para coleta de dados foi o de entrevistas, realizadas com perguntas abertas à descrição dos entrevistados. Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 72), a entrevista:

constitui uma técnica alternativa para se coletarem dados não documentados sobre determinado tema. É uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação. A entrevista pode ter caráter exploratório ou ser uma coleta de informações. A de caráter exploratório é relativamente estruturada; já a de coleta de informações é altamente estruturada.

As entrevistas representam uma oportunidade para as pessoas falarem sobre o assunto em sua perspectiva, apresentando seus pensamentos ao longo da trajetória vivenciada. Para a realização da entrevista, é necessária uma organização prévia tanto por parte de quem lança as indagações (aquele/a que entrevista), quanto por parte daquele/a que as responde (o/a entrevistado/a).

A proposta desta pesquisa visou à busca de informações sobre os programas governamentais, Mais Educação de 2007 e Novo Mais Educação de 2016, por sua

fomentação à educação em tempo integral, a partir das narrativas e memórias dos profissionais da educação que atuaram nesses programas. Para isso, foram realizadas entrevistas para coletar relatos dos professores, sobre o Programa Mais Educação (2006) e de seus desdobramentos, a partir de suas alterações, com o objetivo de analisar as afirmações dos professores sobre o programa de ampliação de jornada e sua relevância para escola pública.

Assim, as entrevistas foram realizadas com foco de saber das interlocutoras envolvidas - sem nomear o certo ou errado, mas possibilitando que expressassem suas compreensões - lembranças e memórias sobre as dificuldades, os avanços e os retrocessos vividos na escola referentes ao programa de indução da Educação Integral. Consideramos as lembranças como uma forma de reconstruir o passado, com o auxílio de dados tomados no atual momento dos seus relatores. Segundo Amado (1997, p. 135), as narrativas, contidas na memória, permitem que os entrevistados reelaborem suas vivências individuais e coletivas. Para Sarmento (1994), as funções das narrativas são reconhecidas no esforço metodológico necessário para delas serem destacadas as formas dinâmicas para rememorar os sentimentos e as lembranças, lançando o desafio de pensar sobre um momento, um artefato.

O desenvolvimento do roteiro de perguntas para esse estudo de caso encontra-se no Apêndice A, que contemplou questões qualitativas e abertas para que as entrevistadas narrassem de maneira efetiva suas histórias, através de suas memórias. Antes de elas participarem, ressalto que foram contatadas por mim e, dado seu aceite, as participantes tomaram conhecimento da pesquisa, de suas implicações, por meio da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponível no Apêndice B. As entrevistadas foram indagadas com relação ao projeto que foi implementado, sobre quais foram seus pontos positivos, pontos negativos, e sobre como esses pontos poderiam ser analisados. Na sequência, puderam compará-lo com o projeto mais recente, ou seja, o Novo Mais Educação de 2016.

4 REVISÃO TEÓRICA

Neste capítulo, será apresentada a revisão teórica que sustenta o presente trabalho.

4.1 POLITICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO

No Brasil Império, em 1827, foi sancionada a primeira legislação destinada à educação em nosso país, por Dom Pedro I. Ela consistia em criar escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas mais populosas do império, sendo destinada a meninos e meninas, realizando o provimento de mestres vitalícios. Porém, essas escolas possuíam currículos diferentes para cada gênero⁵.

O poder público começa a intervir na efetivação de uma regulamentação do sistema de ensino a partir de 1930, quando a demanda escolar, de professores e escola, aumentava a cada dia. Conforme site do MEC⁶, em 1930, foi criado o “Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, com a função de dar “despacho dos assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar” (Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930)”⁷

Naquele período histórico, conforme Libâneo (2007), foi definido que o planejamento das políticas educacionais, da gestão do sistema de ensino e das escolas seriam executados por pedagogos. Assim, ocorreu a permissão de se regulamentar o curso de Pedagogia e, a partir disso, a disciplina de “administração escolar” foi incluída no currículo do professor. Essa matéria objetivava o estudo de assuntos como planejamento, organização, gestão e controle de atividades educacionais, dentro dos parâmetros da administração clássica.

Na Constituição Federal da República do Brasil, de 1967, tínhamos como permissão que a educação seria para crianças e adolescentes dos sete aos quatorze anos, constante no seu artigo 168, segundo o qual “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-

⁵BRASIL. **LEI DE 15 DE OUTUBRO DE 1827 - Publicação Original**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 14 nov., 2022.

⁶Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 08 dez., 2022.

⁷ Além da educação, o ministério desenvolvia atividades pertinentes à saúde, ao esporte e ao meio ambiente. O primeiro ministro da Educação, naquele momento, foi o mineiro Francisco Campos. Informação disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 08 dez., 2022.

se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana”. (BRASIL, 1967).

Mais de duas décadas depois, tivemos aprovada a Constituição Federal de 1988⁸, quando passamos a abrir mais caminhos para educação. Nela, há uma gama bem maior de direitos, tendo como diferencial o direito a creche para crianças de 5 anos, citando ainda a gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade. No ano de 2009, a Emenda Constitucional 59/2009⁹, mudou a idade para da Educação Básica, abrangendo dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade.

No ano de 1996, foi promulgada a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, conhecida como LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que estabelece normas para todo o sistema educacional, da Educação Infantil à Educação Superior, além de disciplinar a Educação Escolar Indígena. A nova LDB aumenta o dever do Estado com relação à educação, já prevendo uma ideia inicial de garantir os estudos de quem não os teve em idade própria, dando também início às questões da inclusão de quem possui necessidades especiais. Nesse sentido, Oliveira e Adrião (2007, p. 77) citam Paro, quando o autor afirma que:

[...] parece ter-se generalizado nos meios políticos e administrativos no Brasil, com amplo apoio da mídia, o discurso o qual, em termos de atendimento à demanda por ensino fundamental, já chegamos ao atendimento em termos quantitativos, posto que praticamente todos os jovens e crianças têm acesso a esse nível de ensino. O que faltaria seria a permanência desses alunos na escola e a melhoria da qualidade do ensino.

Percebemos que essas políticas públicas contribuíram com o objetivo primordial de ampliar e garantir o acesso à educação. Dessa forma, chegamos à questão dessa pesquisa, a qual investigou as memórias de professoras com relação ao Programa Mais Educação, que teve como objetivo aumentar a carga horária dos alunos na escola e conseqüentemente produzir efeitos qualitativos no desenvolvimento da educação.

⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 dez., 2022.

⁹ BRASIL. **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 59, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2009**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm. Acesso em: 08 dez., 2022.

4.2 EDUCAÇÃO INTEGRAL, PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO E NOVO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

Este subcapítulo é dedicado a relatar como se desenvolveu a educação integral e o próprio conceito de educação integral no Brasil, sua visão inicial, assim como a sua visão contemporânea. Em suma, a educação integral visa formar um cidadão por inteiro, com conhecimentos e habilidades, sendo capaz de refletir sobre a sua aprendizagem. Para que esse objetivo seja alcançado, são necessários grandes esforços e diferentes estratégias. Nas últimas décadas, em nosso país, foi implementado um programa que busca melhor desenvolvimento da educação através da extensão da carga horária das aulas, que é um dos princípios da educação integral. Assim, a seguir, descreverei os chamados “Programa Mais Educação” e “Programa Nova Mais educação”.

4.2.1 Educação Integral

Em 1932, foi lançado O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que propôs um sistema escolar público, gratuito, obrigatório e laico para todos os brasileiros até os 18 anos. O manifesto em forma de documento foi redigido por Fernando de Azevedo e assinado por 24 renomados educadores e intelectuais, que “defendiam a reconstrução do sistema educacional menos elitista e aberto à interpenetração das classes sociais com vistas às necessidades de um Brasil que se industrializava” (BRASIL, s/d, p. 3).¹⁰

Como citado na justificativa, um dos percursores da ideia da educação integral no Brasil foi o intelectual Anysio Teixeira, o qual já em 1959 destacava a necessidade de que a escola fornecesse às crianças um programa que incluísse leitura, aritmética, além de artes industriais, música, alimentos e saúde, tendo em vista não ser possível educar sem levar em consideração essas questões básicas, além de defender a ampliação da carga horária, pois uma educação integralizada dificilmente será feita por completa em meio turno.

Darcy Ribeiro possuía a mesma visão de ensino e, assim, na década de 1980, criou os Centros Integrados de educação pública - os CIEPs -, os quais possuíam

¹⁰Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>. Acesso em: 08 dez., 2022.

ambiente médico, odontológico, quadra esportiva, refeitório e atividades extracurriculares que ampliavam a visão de aprendizagem dos alunos. O autor ainda argumentava através de questões sociológicas em prol da defesa de uma educação de tempo integral, como um eixo de uma política democrática na escola que diminuiria a questão das diferenças na educação, marcadas pelas escolas da elite e pelas escolas das periferias.

Em suma, os pensadores daquela época tinham a ideia de educação integral contemporânea focada no desenvolvimento multidimensional do ser humano, através de um currículo amplo e diversificado que potencializasse o tempo de permanência dos educandos no ambiente escolar.

Assim, percebemos que estudos efetivos para uma formação para o trabalho, intelectual, científica, técnica, artístico ou material não poderá ser concebida, por completo, em tempo parcial, sendo necessários longos períodos de estudos, além de uma estrutura física adequada do ambiente escolar.

A discussão sobre educação integral ganha cada vez mais espaço no cenário nacional, tanto nas discussões políticas como nos diálogos pedagógicos, pois as discussões em um campo se relacionam com o outro, e ambos implicam o papel emancipatório pré-estabelecido a partir dos elementos fundamentais da educação. Dessa forma, é necessário que governo, professores e comunidade estejam engajados na implementação do projeto. A proposta inicial do Programa Mais Educação está embasada principalmente na melhora contínua, orientada para uma formação integral do indivíduo.

Costumamos associar a educação integral a questões relacionadas à carga horária estendida, porém podemos relacioná-la a uma educação oposta ao conceito de “educação bancária” citada por Paulo Freire. No entanto, a educação integral está para além dessas concepções. Nesse sentido, penso que minha concepção também mudou, pois eu tinha uma ideia tradicional de educação, antes de iniciar a Graduação em Pedagogia, uma vez que, na época em que eu fui estudante da Educação Básica, era muito incentivado que se decorasse e repetisse várias vezes a mesma matéria de forma pouco contextualizada.

Para Gadotti (2009), a concepção geral de educação integral é a da integralidade e da totalidade, no que se refere a seus aspectos integrais omnilaterais, não podendo ser fragmentada e parcial. Gadotti (2009, p. 98) destaca que “a educação

integral implica formação integral, integrada e integradora da realidade. Por isso, é também uma formação intertransdisciplinar e intertranscultural”.

Neste contexto, resolvi investigar o assunto que atualmente é tema de grandes debates entre estudiosos e profissionais da área, no que se refere à reformulação de um programa de educação nacional, o qual se intitulava “Programa Mais Educação” (PME, 2006) e que passou a se chamar “Programa Novo Mais Educação (PNME 2016), pois ambos estão relacionados com a extensão da jornada escolar, porém, com algumas modificações.

Para Moll (2011), políticas públicas consistem em ações realizadas pelo Estado através de seus governantes, com o intuito de estabelecer os direitos que a legislação assegura a todos os cidadãos, como educação, saúde, esporte, entre outros. Ainda, segundo a autora, o Brasil criou políticas redistributivas para combater a pobreza, entretanto, são as políticas educacionais as mais relevantes no combate à pobreza e à desigualdade.

Gonçalves (2006, p. 130) conceitua a educação integral como uma formação que enxerga o indivíduo em sua condição total: complexo e multifacetado, estando envolvido, além de questões cognitivas, também em questões emocionais, o que torna a tarefa da formação mais tempestuosa e passível de diversos debates e aprimoramentos.

Na mesma linha de raciocínio, Moll (2011) acredita que colocar em prática a educação integral, com intersetorialidade e governança, consiste em humanizar as políticas educacionais, pensando o ser humano como centro dos projetos políticos e, principalmente, as crianças, jovens e os professores.

Guará (2006 *apud* MOLL, 2011, p.26) também destaca a questão humanística na formação integral, tendo em vista que é necessário entender e dar significado às aprendizagens, sendo isso extremamente necessário para o desenvolvimento do ser humano. Assim, é preciso concretizar a realidade dos alunos com o conteúdo, para que o mesmo faça sentido para os educandos.

Dessa maneira, partindo do pressuposto de que a educação integral é um sistema amplo, que não se restringe apenas a “tempo” ou “conteúdo”, podemos conceituá-la como uma ferramenta que percebe o aluno como um sujeito histórico-social, visando melhor o desenvolvimento e a formação do envolvido que perpassar esse processo educativo.

4.2.2 Programa Mais Educação (2007)

Arroyo (2010) afirma que da demanda educacional busca desde, a década de 1970, o direito à proteção, a mais cuidado, a mais tempo de dignidade para a infância popular, e isso foi um dos fatores que ajudaram a impulsionar a criação do PME (Programa Mais Educação). Acredito que seja importante salientar que, antes disso, no ano de 2001, o presidente então na época, Fernando Henrique Cardoso, havia decretado o chamado “Plano Nacional de Educação”, através da Lei Nº 10.172, que possuía como um de seus objetivos e metas para educação infantil “adotar progressivamente o atendimento em tempo integral para as crianças de 0 a 6 anos”. Ou seja, podemos perceber que há mais de duas décadas existe interesse por parte da administração pública pela educação integral.

Um ponto importante a destacar é que a formação integral não fica restrita apenas à escola em si, sendo fundamental incluir a intersectorialidade que contemple, por exemplo, temas transversais e ambientes diferentes da realidade do aluno, ampliado sua visão de mundo e também sua criatividade.

Tornar-se um cidadão autônomo, ciente de seus deveres e consciente de seus direitos não é uma tarefa fácil, sendo necessário empenho por parte do Estado, da sociedade e da família. Nesse trabalho, estamos analisando a questão do Estado nessa formação.

Segundo Moll (2012), um dos paradigmas educacionais se alicerça em um arranjo que inclui os seguintes pressupostos básicos: uma escola pública, gratuita e de qualidade; a participação da escola com o apoio da comunidade; a necessidade da valorização dos saberes populares; a reformulação dos programas dos currículos; a articulação de diferentes campos e ações políticas; escutar os educandos, encarando-os como indivíduos e não apenas como objetos.

Assim, em 2007, foi Instituído o Programa Mais Educação, que visava fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar:

O Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para indução da construção da agenda de educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino que amplia a jornada escolar nas escolas públicas, para no mínimo 7 horas diárias, por meio de atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura

e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica. (BRASIL, Portaria Normativa Interministerial nº 17¹¹, de 24 de abril de 2007).

Nesse Decreto estabelecido em 2010, alguns dos artigos destacam que o Programa tem como alguns objetivos principais desenvolver a aprendizagem através do aumento da carga horária, oferecendo a educação básica de forma integral. Em seu artigo 2, salienta as questões sociais, quando afirma que:

A jornada escolar diária será ampliada com o desenvolvimento das atividades de acompanhamento pedagógico, experimentação e investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação econômica, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, entre outras atividades.

Na próxima seção, falaremos sobre o Programa Novo Mais Educação.

4.2.3 Programa Novo Mais Educação (2016)

Há pouquíssimos referenciais que fazem alusão ao “Programa Novo Mais Educação”, principalmente no próprio repositório da UFRGS, o chamado “LUME”. Nesse sentido, temos em vista que o PNME é um projeto foi criado no ano de 2016, e logo em seguida, no ano de 2019, tivemos uma pandemia mundial (COVID-2019), a qual paralisou maior parte da rede de ensino nacional. Em São Leopoldo, município onde a presente pesquisa foi realizada, a pandemia acarretou em torno de 18 meses dos educandos com aulas na modalidade de EaD (ensino a distância). Além disso, a pandemia gerou grandes dificuldades para as escolas que não estavam preparadas para adaptar a educação à situação pandêmica.

No ano de 2016, houve a reformulação do Programa Mais Educação, o qual passou a se chamar “Novo Mais Educação”, sendo criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017. A nova estratégia do Ministério da Educação (MEC) visava, prioritariamente, melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental (o que deturpa a intenção de uma educação integral), através da ampliação da jornada escolar de crianças e

¹¹Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2446-port-17-120110&category_slug=janeiro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 dez., 2022.

adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola. Segundo site do MEC, o Programa tem por finalidade contribuir para a:

- I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico;
- II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar;
- III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular.
- IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola. (BRASIL, MEC, 2016).

Entretanto, o programa vem sofrendo duras críticas a respeito ao seu escopo em seu âmbito total. A grande mudança reivindicada, além das questões didáticas, refere-se ao fato de que o PME vai além da destinação à educação, pois ele carregava em seu esboço a ênfase na vulnerabilidade e na assistência social, como afirmam Ecker, Guareschi e Torres (2020). Os autores destacam que, por muitos anos, o acesso à educação em nosso país era destinado à elite, o que distanciava dos discursos oficiais de Estado a noção do direito universal e gratuito à educação. Os autores citam ainda que o público-alvo das inclusões pela articulação entre PNAS (Política Nacional de Assistência Social) e Educação foram as famílias consideradas carentes, vulneráveis e em risco social. Assim, afirmam que o PME de 2007 teve como objetivo fomentar Educação integral através de atividades socioeducativas no turno inverso ao escolar, entrelaçando práticas intersetoriais do PME 2011 em articulação com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) no processo que visava garantia do direito social à Educação no Brasil. Ainda segundo o artigo e as notícias do Governo Federal, estava previsto o repasse de R\$ 180 milhões para o financiamento do Mais Educação.

Com relação ao “Novo Mais Educação”, a base legal iniciou amparada pelas mesmas citadas no PME. Em 2016, foi apresentada a Portaria nº 1.144 de 2016, que instituiu o “Programa Novo Mais Educação”, possuindo como premissa melhorar a aprendizagem das crianças e adolescentes do ensino fundamental em língua portuguesa e matemática, ampliando a jornada escolar de cinco a quinze horas semanais, podendo ocorrer no turno estendido ou no contraturno escolar. No parágrafo único da portaria, é salientando que tanto português quanto a matemática seriam pedagogicamente acompanhados e haveria, também, o desenvolvimento de

atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, incentivando a melhoria no campo educacional como um todo.

Para sua defesa, o documento cita inicialmente a LDB (Lei de diretrizes e base da educação), onde, no inciso I do artigo 32, está determinado o direito do desenvolvimento da capacidade de aprender, por meios básicos, sendo eles: o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo. A grande justificativa para a mudança no Programa consiste no baixo rendimento escolar dos educandos, evidenciado pelo IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) de 2015. Esse índice foi criado em 2007, e que prevê reunir dois conceitos, sendo eles: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações, sendo o primeiro feito pelo Censo, e o segundo calculado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica¹² (Saeb). O cálculo ocorre a partir dos dados sobre aprovação escolar, e ainda conta com médias de desempenho no tal índice, que varia de 0 a 10. Esse dispositivo trata de acompanhar as metas de qualidade para a educação básica, apresentando como meta para 2022 alcançar média 6, rendimento que equivale a um sistema educacional de qualidade de um país desenvolvido.

Dessa forma, a portaria de 2016, ratifica, através do IDEB realizado em 2015, que 24% das escolas ensino fundamental, dos anos iniciais, não alcançaram a meta do IDEB, e 49% das escolas de ensino fundamental - anos finais - também não atingiram os resultados esperados pelo índice.

O “Novo Programa Mais Educação” é destinado às escolas públicas, as quais receberiam apoio técnico e financeiro do MEC (Ministério da Educação), em articulação com as secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, possuindo como finalidade:

I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico; II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais; e IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola. (BRASIL, MEC, 2016).

¹² Para maiores informações consultar vídeo Jaqueline Moll na TV Senado ano de 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vbhM2JGq-5U>. Acesso em: 25 jan. 2023.

Fazendo uma comparação entre as finalidades dos programas, percebemos que o PNME, formulado em 2016, é diferenciado do anterior, pois foca em projeções educacionais e ressalta questões de necessidade da aprendizagem do português e da matemática, segundo eles, tentando não desviar das questões artísticas e culturais, entre outros temas que já embasavam o programa anterior.

Não desmerecendo outras matérias, a discussão que é muito salientada por autores - a exemplo de Carbonell (2002), quando o autor afirma que uma educação inovadora consiste principalmente em focar no desenvolvimento das potencialidades de cada aluno - entendendo que o aluno deve ser o sujeito ativo das aprendizagens, sendo o protagonista das suas descobertas. Para Carbonell (2002, p. 16), dessa forma, percebemos que:

não se pode olhar para trás em direção à escola ancorada no passado em que se limitava ler, escrever, contar e receber passivamente um banho de cultura geral. A nova cidadania que é preciso formar exige, desde os primeiros anos de escolarização, outro tipo de conhecimento e uma participação mais ativa.

Analisando a educação integral e seu contexto, podemos afirmar que os programas federais possuem a intenção de melhorar o desempenho dos alunos e que precisamos de atos governamentais e legislativos que estimulem o desenvolvimento dos educados de forma efetiva, pois “a educação integral traz o ser humano para o centro das políticas públicas” (MOLL, 2011, p. 30).

O PME de 2007 é um projeto mais amplo que contempla a questão da assistência social, além da educação, enquanto o PNME 2016 está mais focado na questão dos rendimentos em relação a aprendizagem.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, a proposta é a discussão dos principais resultados obtidos na pesquisa.

5.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola onde foi realizada a pesquisa relacionada ao PME e PNME é uma escola localizada no município de São Leopoldo, fazendo divisa com vários municípios da região. No ano de 1959, a escola iniciou seu funcionamento oficialmente, conforme consta nos seus registros. Durante muito tempo, a escola funcionava com turmas multisseriadas, havendo apenas uma funcionária que era responsável por todo o cuidado da escola.

No ano de 1992, foi oferecida pela primeira vez a 5ª série, sendo que esta tinha 13 alunos e não havia professores por área de conhecimento, mas uma professora com unidocência. Essa situação permaneceu assim até o ano de 2006, quando a escola passou a ter professores para todas as disciplinas.

Esta escola é uma das menores escolas do município e uma das poucas que oferecem horário integral desde 2019. Há cerca de cento e dez alunos matriculados, divididos em cinco turmas, uma de educação infantil, seguida de turmas do primeiro ao quarto ano do ensino fundamental. Todas as crianças permanecem em turno integral na escola, que contempla o horário das oito e trinta da manhã até as dezesseis horas da tarde de alunos presentes na escola.

A escola, por ser em um ambiente rural e bem afastada do centro da cidade, possuiu diversas peculiaridades. Nela, os alunos fazem três refeições, sendo que todos permanecem na escola na hora do almoço, assim como os professores que necessitam permanecer na escola durante esse período.

Como citado no referencial teórico, o PME foi criado em 2007, porém implementado na escola somente no ano de 2014, como relatado pelas entrevistadas. Assim, percebemos que mesmo após a aprovação de uma legislação, ela pode levar anos para alcançar âmbito nacional.

5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS CONFORME AS MEMÓRIAS DO PME E AS CRÍTICAS SOBRE O PNME

As entrevistadas serão chamadas de Professoras 1 e 2. Durante a realização de uma entrevista, pode-se perceber a atualização de recordações vivências através de uma nova apresentação dos fatos, das memórias em espaços e ações que fizeram parte do cotidiano dos/as entrevistados/as, permitindo que os sujeitos recordem dos aspectos que julgam significativos em suas trajetórias, seja de modo positivo ou até mesmo negativamente, o que lhes permite atribuir sentidos ao vivido.

Com relação às entrevistadas, ambas as professoras consideram o PME como uma estratégia do Ministério da Educação para que os estudantes permaneçam na escola, realizando atividades como: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica, permanecendo por mais tempo na escola. Segundo Ribeiro (*apud* MOLL, 2012, p. 131), ter como suficiente a metade dessa atenção a um aluno, especialmente a uma criança extremamente carente, pode ser condená-la a fracassar na escola e depois na vida.

A instabilidade dos Programas Mais Educação, desenvolvidos nas escolas, alteraram os conceitos e também as metodologias desse projeto. Segundo professoras do município de São Leopoldo, o PME foi precursor de políticas, programas e ações, as quais contribuíram para melhorar aprendizagem.

No caso da escola onde a professora leciona, no município de São Leopoldo, no início da implementação do Programa na escola (2014), os estudantes tinham acompanhamento pedagógico, cultura e artes, educação ambiental, estando divididos em 4 grupos com 8 estudantes cada. O atendimento era realizado de segunda-feira a quinta-feira, sendo na sexta-feira o período de avaliação da semana com a supervisão. A docente afirma que a escola, na época, oferecia as aulas nos turnos manhã e tarde. Assim, possuía duas turmas de primeiro e segundo anos que frequentavam a tarde e duas turmas de terceiro e quarto anos que frequentavam a escola pela manhã, sendo que a instituição conta com apenas cinco salas para atendimento dos educandos.

Dentre os pontos positivos do PME, a professora 1 destaca:

ampliar espaços, tempos e oportunidades educativas; ofertar novas atividades educacionais e reduzir a evasão, a repetência e distorções de idade-ano, por meio de ações educativas, acompanhamento pedagógico, cultura e artes, educação ambiental.

Isso vem exatamente ao encontro do que é colocado por Moll (2012), quando afirma que o objetivo do PME era estender o horário em ambiente escolar, garantindo aprendizagens, reorganizando questões como o espaço, a lógica do tempo e as lógicas destinadas às aprendizagens e ao processo escolar.

A alfabetização, a ampliação do letramento e a melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes também eram objetivos das oficinas. Assim, percebemos que o PME, em seu escopo inicial, tinha como foco a melhora dos estudantes em português e matemática, consoante ao que propõe a BNCC (2018, p. 14)

A educação básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiem ou a dimensão intelectual cognitiva ou a dimensão afetiva.

Isso está de acordo com o que Gonçalves (2006) conceitua como educação integral, instituída a partir de uma escola que forneça uma formação que enxergue o educando em sua condição total, fazendo-o se envolver, além de questões cognitivas, também questões emocionais

Entre os pontos negativos do Programa, a participante afirmou que, devido às faltas de alguns estudantes, não havia continuidade no desenvolvimento do trabalho, o que infelizmente não atingiu a finalidade do PME de 2007, que era “contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar” (BRASIL, 2010).

Outro ponto negativo foi a falta de um espaço multimídia disponível na escola, sendo que o que era apresentado eram computadores obsoletos e sem manutenção. Apesar dos grandes investimentos do governo - cerca de R\$ 180 milhões, como citado - a escola ainda parecia de auxílio financeiro, principalmente para aparatos tecnológicos. A participante também relatou que, devido ao espaço físico, não era possível desenvolver um trabalho mais específico com a educação ambiental. Apesar dos contras, a docente define a extinção do Programa como um atraso nas ações educativas e afirmativas, bem como no acompanhamento pedagógico de estudantes

que estão em situação de risco e vulnerabilidade social e que deixaram de serem atendidos pelo Programa.

Durante o estágio na Educação Infantil, trabalhei com os alunos o livro da autora Ruth Rocha, intitulado “A rua do Marcelo”, pois tinha ciência de que os alunos possuíam pouca noção de localização, sem conhecer os locais mais centrais da cidade, já que essa escola é bem afastada. Nesse local não há asfalto, sinaleira, ou mesmo faixa de pedestre, o que demonstra a necessidade da ampliação do horizonte dos espaços na aprendizagem. Nesse sentido, Freitas e Galtier (2007, p.126) complementam que

Uma formação integral implica em o aluno permanecer mais tempo envolvido com a sua educação, ainda que não seja o tempo todo na escola, pois existem outros espaços em que a sua formação pode ser completada (ginásios, espaços culturais, locais de lazer etc.).

Quando a escola passou a ser de turno integral, o programa foi readaptado e os alunos se deslocavam para a Unisinos, duas vezes por semana, durante meio turno, para um momento em que tinham acompanhamento pedagógico para atividades físicas e ao ar livre, algo muito necessário devido ao espaço restrito com o qual conta a escola.

Com relação ao Programa Novo Mais Educação, uma das professoras afirma que esse ainda estaria em fase de implementação, porém considerada que o objetivo de garantir o direito de aprender, incida na diminuição das desigualdades educacionais por meio da ampliação da jornada escolar na perspectiva de educação integral. Conclui que tudo que venha em prol dos estudantes é positivo, mas destaca que o Programa não foi implementado na escola. Ela acredita que programas que venham a aumentar a carga horária de forma multidisciplinar são importantes na educação integral, além da alimentação, oferecida na própria escola, nessa comunidade carente. Com isso, os hábitos saudáveis na alimentação podem ser compartilhados entre os estudantes.

A professora 2 afirma que o PNME é:

um programa que tirou a integralidade do ensino como ocorria no PME, ou seja, iríamos regredir ao que Paulo Freire chama de “educação bancária”, momento no qual “o educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis.

Nesse sentido FREIRE (1987, p. 34) afirma “a rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca”. A docente ainda destaca que

Não parece haver nenhuma articulação para que a escola olhe para suas questões e dificuldades na aprendizagem. E concluiu: Como descrito acho que a reformulação do Programa teve impactos profundamente negativos.

Para ela, o Programa coloca em foco apenas a tão problemática “educação bancária”, a qual é severamente criticada por estudiosos, método que segundo Freire (1987, p.35) “jamais possa orientar-se no sentido da conscientização dos educandos”, tendo em vista que trata o aluno apenas como receptor de conhecimento e não como sujeito ativo de sua aprendizagem.

A entrevistada, professora 2, descreve e faz uma reflexão muito significativa em relação à reformulação do Programa PME (2007) em PNME. Ela entende que a mudança teve impactos profundamente negativos. Em suas palavras:

O PNME é um programa que piorou em muito o PME. Se ao PME haviam críticas, ao Novo Mais Educa é difícil destacar pontos positivos. Uma análise rápida mostra que o programa foi reorganizado em torno dos resultados das avaliações em português e matemática a fim de melhorar os resultados do Brasil. Assim, o programa continua atuando na externalidade da escola por meio de oficinas, só que agora restrito a esses dois componentes curriculares, como se a aprendizagem dessas áreas estivesse restrita ao ensino realizado na sala de aula da maneira tradicional. Houve uma descaracterização quase que total da ideia inicial do PME. É uma total incoerência acreditar que oficinas sem a devida formação vão dar conta de melhorar a “performance” dos estudantes, porque os professores em sala de aula não conseguem fazer. Neste sentido, não vejo nenhuma divulgação dos números e resultados desse programa, até porque muitos municípios não aderiram a sua proposta.

Podemos perceber que a professora 2 descreve com maestria os impactos gerados pela descaracterização do Programa Mais Educação (2006), o qual, em sua proposta inicial, visava amparar os alunos e seu desenvolvimento por completo, e não apenas através de disciplinas específicas. Valorizar determinadas matérias em detrimento de outras está longe de ser uma educação integral que forme um cidadão por completo e, sendo assim, dois componentes curriculares não podem ser a base de uma proposta educacional nacional democrática. Nesse sentido, é preciso valorizar os profissionais da educação e toda sua experiência para alcançarmos a integralidade de uma formação de qualidade.

Para Moll (2011), políticas públicas são ações realizadas pelo Estado, que buscam viabilizar os direitos que a legislação assegura a toda população, porém essa educação precisa ser total, e não apenas focada em determinadas matérias. Nesse

sentido, é fundamental a transversalidade das aprendizagens, com a participação de todos os envolvidos no processo da educação. Assim, é preciso dar voz a estudiosos da área, para que o objetivo de uma educação de qualidade seja efetivamente alcançado, principalmente aos professores, que trabalham na prática e na sala de aula.

Neste sentido, não possuímos mais informações com relação ao PNME (2016), pois o município não recebeu a divulgação dos números e resultados desse programa, até porque muitos municípios não aderiram à sua proposta, como é o caso do município de São Leopoldo.

6 CONCLUSÃO

A intenção da presente pesquisa consistiu em investigar as mudanças ocorridas nos últimos anos em programas educacionais federais destinados à área da educação, em específico a educação integral. Assim, entre outros pontos, comparou pontos positivos e negativos da mudança do “Programa Mais Educação” para o “Programa Novo Mais Educação”, conforme as memórias de docentes que vivenciaram esse processo.

Um dos pressupostos das diretrizes da educação nacional é a igualdade. Isso significa dizer que todos devem possuir as mesmas condições de ensino, durante o seu desenvolvimento, para que ninguém saia prejudicado, pois, dessa forma, todos terão oportunidades justas. A função social da educação é a diminuição das discriminações. A escola cumpre o seu papel na sociedade quando colabora com a redução das desigualdades entre os alunos, oferecendo as mesmas oportunidades, adaptando-se às necessidades dos estudantes, incentivando-os a serem ativos e a terem autonomia, e isso só ocorre de forma interdisciplinar.

Para que uma educação de qualidade seja ofertada, muitas demandas são necessárias: profissionais com formação sólida, formação continuada, estrutura nas escolas, investimentos, enfim, não se resume à legislação. Conforme a LDB (1996), temos a gestão democrática como um dos princípios básicos da educação e esta é a forma de todo o contexto escolar participar do processo de aprendizagem, criando um sujeito ativo e consciente de seus direitos.

A escola faz parte do caminho que insere o indivíduo na vida em sociedade, e quem o percorre terá, conseqüentemente, mais oportunidades na vida. Por isso, a responsabilidade dessa instituição vai muito além de apenas qualificação profissional, pois ela possui a capacidade da transformação social, requerendo assim amplitude, seja em âmbito temporal ou espacial. Ora, se a escola possui todo esse papel de destaque na vida do ser humano, ela precisa forjá-lo em sua integralidade.

No Brasil, um dos grandes marcos efetivos que contribuiu para uma maior permanência dos alunos na escola foi o programa “Mais educação”. Ele foi embasado em uma proposta de educação integral, a qual visava o desenvolvimento dos alunos em suas múltiplas dimensões e como ser de direitos.

Em seu esboço e em sua aplicação, este programa priorizou uma educação que buscasse superar o processo de escolarização tão centrado na figura da escola,

constituindo-se intencionalmente também em outros espaços para além da escola. Integrava ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir à ampliação da jornada escolar e à organização curricular na perspectiva da Educação Integral, tendo em vista que extensão na carga horária é um dos pressupostos para a educação, porém não o único, mas talvez o mais importante nesse contexto.

A estratégia do Programa buscava promover o aumento de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, além das famílias e de diferentes atores sociais.

A Educação Integral está diretamente ligada ao processo de escolarização, e deve priorizar, como a própria nomenclatura estabelece, um desenvolvimento interligado à vida e ao universo de interesse e de possibilidades do educando, atributos esses que devem ser trabalhados na escola, com a participação efetiva da família, dos funcionários, da comunidade e dos alunos, além dos professores. Em um âmbito macro, há outro agente relevante a ser destacado nesse processo, o agente político, pois é ele quem baliza o investimento e execução das políticas públicas, em todos os setores, assim como na educação.

O ideal da Educação Integral faz alusão direta ao que chamamos de “temas transversais”, estando relacionado à compreensão do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária e sendo também condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática (o que não é enfatizado no PNME).

Consoante com o nosso regime de Estado informado no artigo primeiro da nossa Constituição Federal, o “Estado Democrático de Direito”, imagina-se a escola como a vida acontecendo nela mesma.

Pelo fato de a educação se tratar de um percurso evolutivo, é preciso repensar a visão mecanista na pedagogia, assunto que já é debatido há décadas por estudiosos, aliando essa mesma pedagogia a uma formação qualificada, além de desenvolver as competências e capacidades de acordo com as mudanças cotidianas inerentes a uma sociedade orgânica. Outro aspecto importante que nos chama atenção refere-se à questão da identidade do professor que, assim como a aula, não é estático, pois consiste em algo que é construído, o que ficou bem claro nas

memórias, uma vez que os três aspectos pesquisados – turno integral, Programa mais educação e Programa Novo Mais Educação – estão em constante adaptação.

Assim, dentre os pontos negativos encontrados, foi destacado por uma das docentes, desde o início, a questão de os alunos não comparecerem nas oficinas do contraturno quando elas aconteciam. Nesse sentido, acredito que o problema seja a falta de engajamento das famílias, sendo necessário mais a participação e conscientização da comunidade sobre sua importância de envolver-se no desenvolvimento contínuo do programa, com a efetiva participação dos estudantes. Sobre o PNME, ainda possuímos poucos recursos para avaliá-lo de maneira aprofundada; o que temos por enquanto é o aparato legal embasado na questão do baixo rendimento dos alunos no IDEB do ano de 2015 e as grandes críticas de estudiosos e profissionais da área da educação, os quais são as potenciais fontes de informações.

Durante as entrevistas, percebemos que houve problemas, os quais podem ocorrer na implementação de qualquer projeto, como a falta de engajamento das famílias ao PME, época em que a escola ainda não atendia ao turno de integral. Outro problema que ocorreu foi que não se calculou o quão restrito ficaria o espaço para as crianças para efetiva participação no Programa. Porém, de modo geral, o esboço do PME é amplo e visou agregar todos aspectos necessários a uma educação integral, talvez se mantivessem o mesmo governo tais problemas seriam sanados com o passar do tempo e a estrutura necessária se desenvolveria de acordo com o planejado.

Com relação ao referencial teórico apresentado, todos os autores reforçam a questão da educação inovadora e emancipatória, porém acredito que para que isso ocorra é necessário um melhor planejamento aliado a estratégias que permitam que o objetivo seja alcançado. Assim como a questão didática, é preciso que haja uma boa base curricular de português e da matemática, porém não podemos nos abster de toda transversalidade necessária formação de um cidadão por completo.

A verdade é que a educação é algo complexo e que envolve interdisciplinaridade, conduta, prática, teoria e reflexão, e esses elementos devem andar de mãos dadas para formar um cidadão por completo. Na concepção de educação tradicional, em que alguns, infelizmente, ainda acreditam, o aluno era mero receptor, situação em que não temos como formar um cidadão por completo. Pensar

no aluno como o objetivo da educação exige dos docentes que eles tenham clareza a respeito de sua especificidade histórica.

A constituição da profissão docente ocorre desde o início da carreira, pois o professor vai criando uma certa identidade a partir de suas experiências e observações, porém, durante o percurso, precisa estar consciente da necessidade readaptação e formação constante para um trabalho de qualidade. Nesse sentido, as professoras apresentaram problemas tanto na implementação do projeto PME quanto no PNME, porém, uma delas enfatizou a raiz do problema, que consistiu focar apenas em uma ou duas matérias, sem trabalhar o aluno em sua integralidade para alcançar uma educação de qualidade.

Outro grande desafio da educação consiste em modificar a metodologia tradicional escolar. O PME foi um marco, repensando o ensino, e não há como negar que ele foi efetivo no seu momento, porém a educação não pode ser estática.

Na estrutura escolar que temos, atualmente, torna-se inviável personalizar a aprendizagem, e apenas o consumo do saber não é suficiente, pois a criança faz parte da criação e do desenvolvimento de suas aprendizagens. Agora, se faz necessária uma pedagogia da cooperação, em que haja a criação do conhecimento e, para isso, precisamos que o ambiente evolua junto com a profissão. Conforme Cury (1992), o direito à educação parte do momento que reconhecemos o fato de que o ser/saber sistemático mais do que uma importante herança cultural. Partindo dessa herança cultural, a população pode desenvolver padrões cognitivos e formativos, tendo grandes possibilidades de participar efetivamente do destino da sociedade e também fazendo parte da sua transformação.

Acredito que o Programa Mais Educação foi um divisor de águas para viabilizar a intencionalidade da educação integral em nosso país e esperávamos que o PNME viesse para prosseguir e não retroceder aos caminhos que haviam sido criados.

Não há como negar que a educação, mais que transformar vidas, faz parte das condições para a existência da dignidade e evolução do ser humano e da própria sociedade, pois é através da educação que construiremos uma sociedade democrática e mais igualitária.

Coforme Imbernón (2010), o professor é considerado a principal chave de acesso para toda a intervenção que desencadeie a transformação social que desejamos. Devido a tal importância desse profissional, temos a resposta para tamanha necessidade de processos formativos atrativos e qualificados a esses

profissionais. A nova maneira de aprender consiste em ter autonomia, diferenciação pedagógica e personalização da aprendizagem. Desde o movimento da Escola Nova, já ouvimos falar na personalização da aprendizagem, conforme a necessidade e vivências de cada um, informação que apenas o docente conhece. Para Moll (2011, p. 30):

A clareza sobre a função social da escola faz com que melhore auto conceito dos educadores, como os principais objetivos responsáveis pelo elemento chave da ampliação e garantia dos demais direitos humanos e sociais, ao mesmo tempo que em que se conscientizam de que devem atuar em cooperação com outros agentes educativos em presença no território.

Nesse sentido, podemos concluir, inspirados no pensamento freireano, que o ofício de professor é muito desafiador e engloba a necessidade de contemplar várias características, além de uma boa formação, sendo de grande valia estarmos constantemente aprendendo e trocando experiências uns com os outros pois, segundo Freire (1996, p.31), “ *há barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam*”.

REFERÊNCIAS

- AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. In: **Projeto História: Ética e História Oral**. Revista do Programa de Estudos-Pós Graduated em História e do Departamento de História/PUC/SP. São Paulo. nº 15, p. 125- 136 1997. Disponível em [Microsoft Word - Documento1 \(unesp.br\)](#). Acesso em Julho de 2022.
- ARROYO. Miguel G. Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados . **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1381-1416, out.-dez. 2010. Disponível em: [Rev113_01OLHO_novo.pmd \(scielo.br\)](#). Acesso em Mar. de 2021.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981. Disponível em: [\(Microsoft Word - O que \351 educa\347\343o.doc\) \(usp.br\)](#). Acesso em 10 de novembro de 2022.
- BRASIL. Brasília. DF: **Presidência da República**. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 10 de Mar. de 2022.
- BRASIL. **Constituição 1967**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Brasília. DF: Presidência da República. Disponível em: [Constituição67 \(planalto.gov.br\)](#). Acesso em 02 de Ago. de 2022.
- BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- BRASIL. **LEI Nº 10.172**, de 09 de Janeiro de 2001. Estabelece o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: [L10172 \(planalto.gov.br\)](#) . Acesso em 15 de Jul. de 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: [Início \(mec.gov.br\)](#). Acesso em 20 de outubro de 2022.
- BRASIL. **Portaria MEC nº 1.144 de 10 de Outubro de 2016**. Diário Oficial da União. Poder Executivo. Seção 1. ISSN 1677-7042. Brasília DF Disponível em: [do1-23 \(mec.gov.br\)](#). Acesso em 10 de Jul. de 2022.
- CARBONELL, Jaume **A aventura de inovar – A mudança na escola –** Porto Alegre, ArtMed, 2002.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Ética e pesquisa em Educação: o necessário diálogo internacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 1, p. 154-163, jan./abr. 2018. Disponível em: [Dialnet-EticaEPesquisaEmEducacao-6844940 \(1\). pdf \(ufrgs.br\)](#). Acesso em 26 de Fev. de 2022.
- CAVALIERI, ANA M. Anísio Teixeira e a Educação Integral. **SciELO-Brasil**. Rio De Janeiro. Brasil.2009 . Disponível em: [SciELO - Brasil - Anísio Teixeira e a educação integral Anísio Teixeira e a educação integral](#). Acesso em 02 de Nov. de 2022.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURY, Roberto J. Cury. **O direito à educação**: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. 1992. Disponível em: https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/3297043/mod_resource/content/1/direito_educacao%20A7%A3o.pdf. Acesso em 21 de maio de 2020.

ECKER, Daniel Dall'Igna; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima; TORRES, Samantha. **Direito social à Educação no Brasil pós-1988**: Programa Mais Educação e a PNAS na gestão da pobreza. Pesquisas e Práticas Psicossociais, 15(1). São João del-Rei, janeiro-março de 2020. e-3127 .Disponível em: [Direito social à educação no Brasil pós-1988 : Programa Mais Educação e a PNAS na gestão da pobreza \(ufrgs.br\)](#) . Acesso em 26 de Jul. de 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática a da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011, Edição eletrônica. Disponível em: [Educação como prática da liberdade - \[PDF Document\] \(vdocuments.net\)](#). Acesso 02 de Nov. de 2022.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários á prática educativa.São Paulo 1996

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro 1987.Disponível em: [Paulo Freire - Pedagogia do Oprimido.pdf - Google Drive](#) Acesso em 10 de Ago. de 2022.

FREITAS, C. R. de; GALTER, M. I. Reflexões sobre a educação em tempo integral no decorrer do século XX. **Educere & Educare**, v. 2, n. 3, p. 123-138, 2007.

FRITSCH, Rosangela, THUMS, Angela. **Práticas de gestão**: um estudo de caso na escola municipal santos anjos/rs. Disponível em: https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/3219394/mod_resource/content/1/PRA%CC%81TICA. Acesso em 02/11/2022.

GADOTTI, MOACIR. **Educação integral no Brasil**: Inovações em Processo. Editora e livraria Instituto Paulo Freire. São Paulo.2009. ISBN 978-85-61910-36-5.

GADOTTI, Moacir. **O Projeto Político-Pedagógico da Escola na sua perspectiva de uma educação para a cidadania**. 1994. Disponível em: O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO DA ESCOLA (webnode.pt). Acesso em 10 de Mar. de 2022.

GERHARDT, Tatiana; SILVEIRA, Denise. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 06 de Fev de 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**.6 ed. São Paulo: Atlas. 2019.

GONCALVES, ANTONI SERGIO. Reflexões sobre a educação integral e escola de tempo integral. **Cadernos**. Cenpec, n 02, 2006. Disponível em [EDUCAO INTEGRAL E ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL \(crmariocovas.sp.gov.br\)](#). Acesso em 26 de Jul. de 2022.

IMBERNÓN, F. **Formação continuada de professores**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: A pedagogia crítico social dos conteúdos**. Ed 28. São Paulo: Edições Loyola.2014.

LÜCK, Heloísa.et al. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. Rio de Janeiro: Vozes. 2005.

MEC. **Ministério da Educação**. Disponível em [Programa Novo Mais Educação - Ministério da Educação \(mec.gov.br\)](#). Acesso em 22 de Abr, de 2022.

MOLL, Jaqueline (org).**Caminhos para elaborar uma proposta de Educação Integral**.SEB/MEC. Brasília, 2011.

MOLL, Jaqueline O paradigma contemporâneo de educação integral. **Revista Pedagógica Pátio**, Porto Alegre, ano 13, n. 51, p.12-15, 2009.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, J.et al. **Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129-146.

MOLL, Jaqueline. Educação integral em tempo integral e as Diretrizes para Educação Básica. IN: **6º Fórum de Internacional de educação**. Paulínia, 2011.

NÓVOA, António. **Desafio do trabalho e formação docentes**. Youtube. Disponível em: <https://pt.wikihow.com/Citar um V%C3%ADdeo do YouTube>. Acesso em 04 de Set. de 2021.

OLIVEIRA, Romualdo p. De Oliveira; ADRIÃO, Theresa (ORG.) **Gestão Financiamento e Direito a Educação** : Análise da Constituição Federal e da LDB.3ª Ed. São Paulo

PARO, Vitor Henrique. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa. **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2007. p. 79-88.

PERUZZO, wagner : **Educação**. Disponível em [Educação \[em tempo\] integral : a contribuição do Programa Mais Educação - PME à comunidade escolar em um município da Serra Gaúcha/RS \(ufrgs.br\)](#). Acesso em 15 de Jul. de 2022.

SANTOS, Clézio dos S. **Introdução a Gestão pública**. 2º Ed. Editora Saraiva.São Paulo 2015.

SARMENTO, Teresa. Narrativas (auto)biográficas de crianças: alguns pontos em análise. In: PASSEGI, Maria da Conceição [et.al.] (Orgs). **Pesquisa (auto) biográfica em educação infâncias e adolescências em espaços escolares e não escolares**. Natal: Edufrn, 2018. p. 121-141.

YIN, R. K.Estudo de Caso: Planejamento e Métodos. 3ª. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005,

ZABALA, Antoni. ARNAU, Laia. **Como aprender e ensinar competências**. Porto Alegre : Penso, 2014. E-PUB . Disponível em:
https://moodle.ufrgs.br/pluginfile.php/4104109/mod_resource/content/2/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20e%20Capitulo1.pdf. Acesso em 21 de Jun. de 2021.

ZABALZA, Miguel A. **Competências docentes del profesorado universitario – Calidad y desarrollo profesional** Madrid, Narcea de Ediciones, 2006.

APENDICE A – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO:

- 1) Fale sobre o que você lembra do desenvolvimento do Programa Mais Educação.
- 2) Destaque pontos negativos e destaque pontos positivos do PME.
- 3) Quais consequências você destaca sobre a extinção do Mais educação?
- 4) Qual a sua opinião sobre o Programa Novo Mais Educação”?Descreva.
- 5) Você acredita que a reformulação do programa trouxe mais impactos positivos ou negativos na formação dos alunos. Descreva.

APENDICE B - AUTORIZAÇÕES DAS ENTREVISTAS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PARTICIPANTE

PESQUISA: *Memórias de Professores de uma escola Pública sobre o "Programa Mais Educação"*
 COORDENAÇÃO: Elisete Enir Bernardi Garcia

Prezado(a) Sr(a)

Estamos desenvolvendo uma pesquisa científica coorientada por **Elisete Enir Bernardi Garcia** e Você está sendo convidado(a) a participar deste estudo. A seguir, esclarecemos e descrevemos as condições e objetivos do estudo:

NATUREZA DA PESQUISA: Esta é uma pesquisa que tem como finalidade investigar a Educação Integral, Programa Mais Educação e Programa Novo Mais educação.

PARTICIPANTES DA PESQUISA: Participarão desta pesquisa professores em torno de São Leopoldo

ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: Ao participar deste estudo você (descrever o que ele (a) será convidado (a) a fazer - preencherá um questionário, será entrevistado, a entrevista será gravada, etc.)... É previsto em torno de (informar o tempo, os dias, local, etc). Você tem a liberdade de se recusar a participar e tem a liberdade de desistir de participar em qualquer momento que decida. Sempre que você queira mais informações sobre este estudo, pode entrar em contato com o (a) Prof (a) Elisete Bernardi pelo fone (51) 99558-4037.

SOBRE O QUESTIONÁRIO/ENTREVISTA: Serão solicitadas algumas informações básicas/perguntas sobre Educação Integral, Programa Mais Educação e Programa Novo Mais educação.

RISCOS: Os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na pesquisa, conforme a Resolução 466/2012 e a Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde. Os possíveis riscos são (especificar os riscos, se houver). Tais riscos serão resolvidos com encaminhamentos que garantam cuidados e respeito de acordo com a manifestação do respondente.

CONFIDENCIALIDADE: Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Trataremos todas as informações sem que haja identificação de particularidades de cada entrevistado. Os resultados obtidos na pesquisa serão utilizados para alcançar os objetivos do trabalho expostos acima, incluindo a possível publicação na literatura científica especializada.

Obs . as assinaturas foram retiradas para manter o anonimato dos entrevistados.